

**COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E  
MONITORAR A CONCLUSÃO DAS OBRAS PÚBLICAS  
PARALISADAS E INACABADAS NO PAÍS**

Apresentação: 11/12/2023 10:29:04.613 - CEXOBRA/S

REL n.2/2023

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES – 2023**

**Presidente:** Deputada FLÁVIA MORAIS

**DEZEMBRO DE 2023**

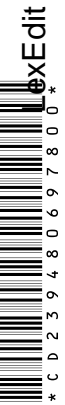


Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239480697800>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Flávia Moraes



## SUMÁRIO

1. CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO .....	2
2. ATIVIDADES REALIZADAS.....	2
2.1. LISTA DE REQUERIMENTOS.....	3
2.2. REUNIÕES DE TRABALHO.....	7
2.3. EVENTOS EXTERNOS.....	8
2.4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS .....	56
3. RESUMO SOBRE AS OBRAS PARALISADAS NO PAÍS.....	58



## 1. CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO

A Comissão Externa “destinada a acompanhar e monitorar a Conclusão de Obras Públicas paralisadas e inacabadas no País” (CEXOBRAS), conforme Requerimento nº 107, de 2023, foi criada por meio de Ato da Presidência em 15/03/2023, e foi instalada em 16/03/2023, e conta atualmente com os seguintes membros:

<b>PRESIDÊNCIA</b>
<b>Coordenadora</b> FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
<b>Bloco Parlamentar: PL, Federação PT-PCdoB-PV, UNIÃO, PP, MDB, PSD, REPUBLICANOS, Federação PSDB-CIDADANIA, PDT, PSB, PODE, AVANTE, PATRIOTA, SOLIDARIEDADE, PTB</b>
AMOM MANDEL (CIDADANIA/AM)
ANTÔNIO DOIDO (MDB/PA)
DETINHA (PL/MA)
FLÁVIA MORAIS (PDT/GO)
GEOVANIA DE SÁ (PSDB/SC);
JOSEILDO RAMOS (PT/BA)
JOSÉ AIRTON FÉLIX CIRILO (PT/CE)
LEO PRATES (PDT/BA)
LUIZ CARLOS BUSATO (UNIÃO/RS)
MARCOS TAVARES (PDT/RJ)
MAX LEMOS (PDT/RJ)
MURILO GALDINO (REPUBLICANOS/PB)
NETO CARLETTO (PP/BA)
ROBERTO DUARTE (REPUBLICANOS/AC)
ROSÂNGELA REIS (PL/MG)
RUBENS OTONI (PT/GO)
SIMONE MARQUETTO (MDB/SP)
SOCORRO NERI (PP/AC)
ZÉ SILVA (SOLIDARIEDADE/MG)

Informamos ainda que foram membros desta comissão os seguintes deputados: Idilvan Alencar (PDT/CE); e Professora Goreth (PDT/AP)

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS



## 2.1. LISTA DE REQUERIMENTOS

Durante as reuniões deliberativas, a Comissão aprovou os seguintes requerimentos<sup>1</sup>:

Proposições	Ementa	Autor	Apresentação
REQ 1/2023 CEXOBRAS	Requer informações ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República.	Flávia Morais	10/04/2023
REQ 2/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de seminário para balanço e diretrizes acerca do cenário atual de obras paralisadas e inacabadas no país.	Flávia Morais	10/04/2023
REQ 3/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica ao Estado do Rio de Janeiro para averiguar, in loco, a situação da obra da usina nuclear de Angra 3, em Angra dos Reis.	Marcos Tavares	10/04/2023
REQ 4/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica ao Estado do Rio de Janeiro para averiguar, in loco, a situação da estruturação da concessão – CONCERT, que liga a BR-040, no trecho entre Rio de Janeiro e Juiz de Fora.	Marcos Tavares	10/04/2023
REQ 5/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Audiência Pública para debater acerca das obras públicas paralisadas e inacabadas na Nova Subida da Serra de Petrópolis-RJ, localizada na rodovia BR-040 e Obras do Programa Minha Casa Minha Vida, no residencial Dona Ivone, situado na Vila São João no município de Queimados-RJ.	Max Lemos	11/04/2023
REQ 6/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Audiência Pública para prestar esclarecimentos acerca da paralisação das obras do COMPERJ.	Marcos Tavares	12/04/2023
REQ 7/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Audiência Pública para debater acerca da situação de duas obras que encontram-se paralisadas, ambas	Amom Mandel	17/04/2023

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecificas=true&filtros=%5B%7B%22emTramitacao%22%3A%22Sim%22%7D,%7B%22tipoSituacaoProposicao%22%3A%22Aguardando%20Provid%C3%AAsncias%20Internas%22%7D%5D&q=estados.codOrgao%3A539413&tipos=REQ>



	para o mesmo empreendimento, “Porto de Manaus”, uma para restauração e modernização e outra para recuperação e requalificação, as quais tiveram recursos destinados pelo Governo Federal.		
REQ 8/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica ao Estado do Amazonas para averiguar, in loco, a situação da reforma do Setor de Agroindústria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Zona Leste (IFAM/CMZL), e de outras duas obras contratadas para o “Porto de Manaus”, sendo uma para restauração e modernização, e a outra para recuperação e requalificação, que se encontram paralisadas/inacabadas no município de Manaus.	Amom Mandel	17/04/2023
REQ 9/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Audiência Pública para debater acerca da situação das construções da Creche da Área 35 - Bairro Monte das Oliveiras; Creche da Área 18 - Bairro Cidade de Deus; Creche da Área 42 - Bairro do Tarumã-Açu; Creche da Área 146 - Bairro Vila Buriti e Creche da Área 139 - Bairro Santa Etelvina, as quais se encontram paralisadas/inacabadas no município de Manaus.	Amom Mandel	17/04/2023
REQ 10/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica ao Estado do Amazonas para averiguar, in loco, a situação das construções da Creche da Área 35 - Bairro Monte das Oliveiras; Creche da Área 18 - Bairro Cidade de Deus; Creche da Área 42 - Bairro do Tarumã-Açu; Creche da Área 146 - Bairro Vila Buriti e Creche da Área 139 - Bairro Santa Etelvina, que se encontram paralisadas/inacabadas no município de Manaus.	Amom Mandel	17/04/2023
REQ 11/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica ao Estado do Amazonas, para averiguar, in loco, a situação da construção do Hospital do Sangue da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas (HEMOAM), que se encontra	Amom Mandel	17/04/2023



	paralisada/inacabada no município de Manaus.		
REQ 12/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de audiências públicas, nas cinco regiões do país, para promover um balanço e avaliar a evolução do cenário atual de obras paralisadas e inacabadas no país.	Joseildo Ramos	17/04/2023
REQ 13/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Seminário para discutir sobre as Obras Federais Paralisadas e Inacabadas em Goiás, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.	Rubens Otoni	17/04/2023
REQ 14/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica ao Estado do Amazonas, para averiguar, in loco, a situação da construção do bloco da Faculdade de Educação Física (FEFF) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que se encontra paralisada/inacabada no município de Manaus.	Amom Mandel	17/04/2023
REQ 15/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Seminário a ser realizado na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), para avaliar a situação e andamento das obras públicas inacabadas e paralisadas que receberam recursos federais no Estado de Goiás, com enfoque em infraestrutura de transportes e rodovias.	Flávia Morais	28/04/2023
REQ 16/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Seminário a ser realizado na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), para avaliar com os atores estaduais, municipais e federais envolvidos, resoluções e sugestões para a situação de obras públicas inacabadas e paralisadas que receberam recursos federais no Estado de Goiás.	Flávia Morais	28/04/2023
REQ 17/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Seminário no Estado do Rio Grande do Sul, para debater as Obras Federais Paralisadas e Inacabadas naquele Estado.	Luiz Carlos Busato	11/05/2023
REQ 18/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Seminário para tratar das obras paralisadas no programa minha casa minha vida de Queimados-RJ e BR-040 na subida de Petrópolis-RJ, objeto de requerimento já aprovado nessa Comissão.	Max Lemos	12/05/2023



REQ 19/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica ESTADO DO PARÁ para averiguar, in loco, a situação das inacabadas ou paralisadas na região do Marajó, Estado do Pará.	Antônio Doido	15/05/2023
REQ 20/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de audiência pública para apresentação da plataforma Mãos à Obra e o mapeamento das obras inacabadas ou paralisadas no país.	Flávia Morais	17/05/2023
REQ 21/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Audiência Pública para debater obras inacabadas das BRs 470, 285, 282 no Estado De Santa Catarina/SC	Geovania de Sá	19/05/2023
REQ 22/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de audiência pública para apresentação da plataforma ObrasGov e o mapeamento das obras inacabadas ou paralisadas no país.	Flávia Morais	22/05/2023
REQ 23/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica, para averiguar, in loco, a situação e andamento das obras públicas de manutenção e reconstrução das BR-364 e BR-317 que receberam recursos federais no estado do Acre.	Socorro Neri	26/05/2023
REQ 24/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEAC) para debater o andamento das obras públicas que receberam recursos federais no estado do Acre, com enfoque em infraestrutura de transportes e rodovias, as BR-364 e BR-317.	Socorro Neri	29/05/2023
REQ 25/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica, para averiguar, in loco, a situação e andamento da obra pública de construção e manutenção da BR-285 que receberam recursos federais no estado no Estado De Santa Catarina/SC.	Geovania de Sá	29/05/2023
REQ 26/2023 CEXOBRAS	Requer o envio de convite para o Ministro dos Transportes, Sr. Renan Filho, para comparecer a comissão para apresentar as ações do Ministério na retomada de obras em Infraestrutura.	Flávia Morais	05/07/2023
REQ 27/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de Seminário na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO) para debate e apresentação do sistema "Transferegov.br", pelo Ministério de Gestão e Inovação, e da regulamentação da Medida	Flávia Morais	16/08/2023



	Provisória nº 1.174/2023, pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE).		
REQ 28/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de seminário no município de Brasília/AC para debater a retomada das obras da ponte e anel viário de Brasília que se encontram paralisadas.	Socorro Neri	29/08/2023
REQ 29/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica, para averiguar, in loco, a situação e andamento da obra paralisada da Adutora do Pajeú no Estado da Paraíba/PB.	Murilo Galdino	01/11/2023
REQ 30/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de audiência pública para apresentação da regulamentação da “Lei 14.719/2023 - Institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde; e altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. ”	Flávia Morais	06/11/2023
REQ 31/2023 CEXOBRAS	Requer a realização de visita técnica, para averiguar, in loco, a situação e andamento da obra paralisada do Anel Viário de Brasília, no Estado do Acre.	Roberto Duarte	09/11/2023

## 2.2. REUNIÕES DE TRABALHO

- **11/04/2023** – Apresentação e discussão sobre o plano de trabalho da Comissão e votação de requerimentos;
- **18/4/2023 (14h00)** – Deliberação sobre requerimentos;
- **18/4/2023 (15h00)** – Reunião realizada com a presença da Coordenadora, Dep. Flávia Morais, e os Deputados Amom Mandel e Joseildo Ramos;
- **9/5/2023** – Audiência pública e deliberação sobre requerimentos;
- **16/5/2023** – Deliberação sobre requerimentos;
- **23/5/2023** – Deliberação sobre requerimentos;
- **30/5/2023** – Audiência pública e deliberação sobre requerimentos;
- **8/8/2023** – Deliberação sobre requerimentos;





- **22/8/2023** – Deliberação sobre requerimentos;
- **3/10/2023** – Audiência pública e deliberação sobre requerimentos;
- **7/11/2023** – Deliberação sobre requerimentos.

### 2.3. EVENTOS EXTERNOS

- **23/5/2023** – Visita técnica ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT – Assunto: Visita de apresentação da Comissão;
- **26/5/2023** - Visita técnica das obras na BR 040, na nova subida da Serra de Petrópolis, e no Residencial Dona Ivone, em Queimados, no Estado do Rio de Janeiro;

#### Queimados, residencial Dona Ivone:

Pela manhã, foi realizada visita ao residencial Dona Ivone (Programa Minha Casa Minha Vida), na Vila São João no Município de Queimados-RJ, onde os deputados Max Lemos e Marcos Tavares verificaram “in loco” que os 1200 apartamentos, estão semi-prontos com mais de 70% das obras concluídas.









Conforme relatório do Deputado Max Lemos<sup>2</sup>, ao percorrer as áreas internas do empreendimento, verificou-se que eles já estão com portas, janelas e inclusive, com cerâmicas nas áreas molhadas; áreas de serviço e banheiro. Portanto, aguardando tão somente serviço de pintura, instalação de parte elétrica e hidráulica. Haja vista, a parte hidráulica já está bastante avançada. A parte externa do condomínio, necessita de urbanização completa, não só das áreas de lazer como das áreas de urbanização de acesso ao empreendimento. O condomínio tem de fazer um trecho de estrada de aproximadamente de 1km, trecho esse que o Governo do Estado já se comprometeu a fazer, se for necessário para a conclusão dessa obra. Faz-se necessária também a construção de estação de tratamento de esgoto. Há também a preocupação de invasão do condomínio, tendo em vista, o histórico em obras paralisadas nessas condições na baixada fluminense, com milícias fortemente armadas. Além disso, já foram sorteadas as 1.200 famílias para ocupar esse empreendimento, que, segundo o Deputado, é uma falha grave do Banco do Brasil, que solicitou que fossem sorteados no início da construção. O inverso faz a Caixa Econômica, que só sorteia suas moradias faltando 3 meses

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/57a-legislatura/comissao-externa-sobre-obras-publicas-paralisadas-e-inacabadas-no-pais/outros-documentos/RelatriodaVisitaMaxLemoseMarcusTavares.pdf>



para conclusão, ou seja, as famílias contempladas aguardam desde 2017 pela conclusão de suas obras.

### **Nova subida da Serra de Petrópolis/RJ – BR-040**

No período da tarde, os deputados Max Lemos e Marcos Tavares visitaram a BR-040, subida para Petrópolis, obra ainda inacabada. O objetivo é acompanhar o desenvolvimento da obra até o seu término, pois é de suma importância para região. Esse é um trecho que está sob concessão e passa por Juiz de Fora – Petrópolis – Rio de Janeiro e acessos.

O prazo da concessão era de 25 anos, prazo este que encerrou em 28/02/2021, porém continua vigente por decisão judicial. O Contrato de Concessão firmado em 1995 entre o extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e a CONGER tinha como obrigação contratual a implantação da Nova Subida da Serra de Petrópolis/RJ, prevista originalmente para conclusão em 2006. Entretanto, a obra ainda não foi finalizada.

Os principais benefícios da obra são:

- a separação entre o tráfego de longa distância e o tráfego local, que poderá utilizar o traçado antigo da rodovia;
- o aumento nas velocidades dos veículos, e conseqüente redução nos tempos de viagem e ampliação do retorno econômico;
- a redução no consumo de combustíveis; e
- a redução no número de acidentes, especialmente tombamento de caminhões, e mortes no trânsito, com a minimização dos custos sociais com os sinistros, entre outros.







Segundo o relatório do Deputado Max Lemos, verificou-se “in loco”, após uma visita bastante intensa devido a longos trechos interrompidos



dessas obras, um completo abandono. São ferragens expostas, grande número de materiais de construção jogados em seus canteiros, um verdadeiro descaso. São vários trechos interrompidos, um túnel que já desabou, um viaduto abandonado.

Já finalizando a descida da serra no então distrito de Duque de Caxias chamado Xerém, temos um alargamento da rodovia completamente abandonado, carecendo de meio fio, recapeamento, boa parte da drenagem e sinalização. Esta obra, ao ser concluída, transformará por completo a realidade do trânsito de quem busca a rodovia BR-040 em direção ao Estado de Minas Gerais, sendo um vetor de desenvolvimento econômico para Petrópolis e toda região serrana que, na alta temporada, perde muitos turistas por conta dos longos e demorados engarrafamentos. A obra já está a duas décadas aguardando sua conclusão, sendo ela fundamental e estruturante para o Estado do Rio de Janeiro e para as cidades da região serrana.

- **13/6/2023** – Seminário na Assembleia Legislativa de Goiás;
  - Link <https://www.youtube.com/watch?v=G5dRsuBizA>









Foi realizado em 13/06, na Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO), em Goiânia, Seminário da Comissão Externa sobre Obras Paralisadas e Inacabadas no país que debateu a situação das obras públicas com recursos federais inacabadas no Estado. O encontro contou com presença de parlamentares, representantes do governo federal, gestores municipais e técnicos de diversas áreas responsáveis pela realização de obras públicas.

De acordo com dados do Painel de Obras Paralisadas do Tribunal de Contas da União (TCU), até abril de 2023, havia 458 serviços nessa condição, sendo 155 na área de infraestrutura e mobilidade urbana.

A superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) em Goiás, Isabela Arantes Veloso, explicou sobre a paralisação de intervenções diversas nas rodovias federais do Estado. Ela destacou que o DNIT é responsável por cerca de 2.300 km de rodovias no estado e ressaltou as três frentes de atuação do órgão: manutenção das rodovias pavimentadas e não pavimentadas; conclusão de grandes empreendimentos em andamento; e conclusão de outros inacabados.

Isabela mencionou alguns projetos em destaque, como a ponte sobre o Rio Pintado na BR-080 e o anel viário de São Miguel do Araguaia, cuja conclusão está prevista para o final do ano. Ela citou outros em andamento, como a ponte sobre o Rio Claro e sobre o Rio Araguaia, e destacou o compromisso do DNIT com a conclusão, inclusive projetos de duplicação, adequação de capacidade e melhoramento de rodovias.

A deputada federal Flávia Moraes (PDT), que coordena a Comissão Externa de Obras Paralisadas e Inacabadas da Câmara Federal, fez apresentação a respeito da Medida Provisória (MP) nº 1.174/23, proposta pelo governo federal, que busca a conclusão das mesmas. “Nos próximos quatro anos, o governo federal vai disponibilizar mais de R\$ 6 bilhões para a retomada e conclusão dessas obras”, afirmou a deputada, ressaltando que Goiás possui 120 obras da educação, além de infraestrutura da saúde e de outras áreas, nessa situação.



- **14/6/2023** – Visita técnica à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – Assunto: Nova Subida de Petrópolis e Anel viário de Goiânia.

Quanto à Nova Subida da Serra de Petrópolis (RJ), obra que foi objeto de visita *in loco* anteriormente relatada, a informação inicial é de que foi efetuado aditivo ao contrato de concessão, com remuneração por meio de pagamentos diretos do OGU.

Entre 2016 e 2017 o COI (Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves) questionou legalidade dos pagamentos diretos e economicidade da obra. O Acórdão 738/2017-TCU-P afirmou a nulidade da prorrogação da concessão e exigiu da ANTT verificação da regularidade da execução contratual pela Concer.

Os Acórdãos 18/2017 e 1701/2017-TCU-P apontaram valor atribuído à obra foi superavaliado e o valor do investimento ao qual seriam aplicados os parâmetros financeiros também se encontrava superestimado no projeto inicialmente aceito pela ANTT para efeito de celebração do termo aditivo. Também indicaram que as apurações de sobrepreço eram apenas parciais, podendo ser maiores, pois a falta de detalhamento do projeto impedia que a auditoria fizesse análise conclusiva, além de deficiência e desatualização dos projetos. Ou seja, a renegociação que deu margem ao aditivo baseou-se em projetos completamente insuficientes para essa finalidade ou para permitirem a execução.

Na época a ANTT não formalizou o reequilíbrio do contrato em novo aditivo e não houve providência da ANTT em relação ao sobrepreço no orçamento da obra e ao projeto deficiente.

Em 2018 o Acórdão 1452/2018-TCU-P informou que a ANTT não adotou medidas em relação à irregularidade de sobreavaliação do reequilíbrio econômico-financeiro. A análise do sobrepreço não pode ser elidida, pois o projeto sofrera alterações substanciais. O último projeto apresentado não foi sequer aprovado por qualquer instância (administrativa ou técnica) da ANTT. Auditoria realizada constatou sobrepreço de R\$ 277 milhões. Para sanear, seria preciso:



- i) aprovação do projeto completo pela ANTT;
  - ii) comprovação de que o processo de verificação foi adequado e incluiu as necessárias checagens *in loco*;
  - iii) correção do sobrepreço e inconsistências apontadas;
  - iv) detalhamento de preços unitários nos itens do novo projeto;
- e
- v) correção dos componentes financeiros do superfaturamento, relacionados aos parâmetros do fluxo de caixa da concessão.

Em 2019 o Acórdão 2443/2019-TCU-P constatou que a ANTT vinha tentando superar as limitações de informações em relação ao projeto e à obra, providências necessárias à emissão de posição regulatória a respeito do contrato. As irregularidades que motivaram a paralisação ainda não haviam sido superadas.

Em 2020 o Acórdão 2903/2020-TCU-P constatou:

- i) sobreavaliação do valor do reequilíbrio econômico-financeiro no fluxo de caixa marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSSL, e da base de cálculo desses tributos;
- ii) sobrepreço no orçamento da obra; e
- iii) projetos básico e executivo desatualizados e deficientes.

Na ocasião, a ANTT informou que:

i) as irregularidades não foram sanadas; ii) a relação com a CONGER era difícil, negando-se à correção de irregularidades tumultuando o processo administrativo; iii) empresa vinha se valendo de decisões judiciais provisórias para eximir-se das medidas regulatórias (congelamento de tarifa em níveis mais elevados que o fixado pelo regulador; prorrogação da vigência do contrato de concessão, em favor da concessionária)

Em 2022 o Acórdão 2094/2022-TCU-P informou que subsistem os indícios gravíssimos de irregularidades. Quanto à construção do Anel Rodoviário de Goiânia, importante obra de infraestrutura há muito esperada pela



população do Estado de Goiás, foi debatida a possibilidade de dessas obras no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), de forma a possibilitar a construção de aproximadamente 39 quilômetros de contorno da Capital, irá contribuir para retirar o tráfego de veículos pesados no trecho urbano da rodovia BR-153, melhorando as condições de trânsito e a segurança de todos os usuários que por ali trafegam diariamente e também do tráfego de passagem.

- **30/6/2023** – Visita técnica à BR 364, no Estado do Acre.

A Deputada Socorro Neri, membro titular da Comissão Externa sobre Obras Públicas Paralisadas e Inacabadas no País da Câmara dos Deputados, apresentou, em 26 de maio deste ano, o requerimento 23/2023 para realizar visita técnica no Estado do Acre, a fim de averiguar, *in loco*, a situação das BR-364 e BR-317.

As rodovias BR-364 e BR-317 são de extrema importância para o estado do Acre, uma vez que são rotas fundamentais para o escoamento de produtos e o desenvolvimento econômico regional. No entanto, essas estradas têm enfrentado problemas de manutenção e reconstrução, comprometendo a segurança para escoamento da produção, transporte, saúde, educação, saneamento básico, turismo, afetando a integração e o desenvolvimento do Estado.

A visita técnica foi coordenada pela Deputada Socorro Neri e contou com o apoio da Assembléia Legislativa do Acre e do DNIT/AC, tendo se realizado no dia 30 de junho, com saída de Rio Branco às 6h e seguindo rumo ao Município de Cruzeiro do Sul, com chegada às 20h.

Foram convidadas as seguintes instituições/autoridades para integrar a visita: - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); - Controladoria-Geral da União (CGU); - Governador e Vice-governadora do Estado do Acre; - Associação dos Municípios do Acre (AMAC); - Federação do Comércio do Estado do Acre (FECOMÉRCIO/AC); - Federação das Indústrias do Acre (FIEAC); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Acre



(CREA/AC); Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Acre (Sinduscon-AC); - Prefeitos(as) e Presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios que são cortados pela BR-364: Bujari, Cruzeiro do Sul, Feijó, Mâncio Lima, Manoel Urbano, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Rio Branco, Rodrigues Alves, Sena Madureira e Tarauacá; - os 24 deputados estaduais e os 7 deputados federais do Estado do Acre.

### IMPORTÂNCIA DA BR-364 PARA O ESTADO DO ACRE

Inaugurada no ano de 1960, a BR-364 é uma rodovia federal diagonal que liga o centro-sul ao norte do País, representando verdadeira rota de integração do Acre com os demais Estados brasileiros. Inicia seu percurso em Limeira (SP) e atravessa os Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia até alcançar o Estado do Acre, com extensão total de 4.325 quilômetros, constituindo em uma das mais importantes vias para a mobilidade e desenvolvimento econômico da região Norte.

A BR-364, com seus 672 km no trecho acreano, é a principal rodovia do Acre. Ela é o único acesso terrestre que conecta as quatro regiões do Estado (Vale do Acre, Purus, Tarauacá-Envira e Juruá) à capital Rio Branco e aos demais Estados do País, representando a principal garantia do direito de ir e vir, considerando que o preço das passagens aéreas é inacessível para a maioria da população.



A BR-364 conecta os Municípios de: Bujari, Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Cruzeiro do Sul, Rodrigues Alves e Mâncio Lima, somados a estes estão os Municípios de Porto Walter e Marechal Thaumaturgo, que, embora não sejam ligados pela rodovia, são abastecidos pelo



município de Cruzeiro do Sul. Neste contexto, pela atual condição da rodovia, são afetados diretamente cerca de 307 mil habitantes (IBGE, 2022) que dependem do abastecimento via BR-364.

A rodovia BR-364 é de extrema importância para a integração e desenvolvimento do Acre. Em termos econômicos ela representou, só no ano de 2022, movimentação financeira no valor de R\$ 2,3 bilhões, somadas, neste montante, as operações de entradas e saídas comerciais que circulam pela rodovia.

Os serviços essenciais de saúde e o transporte de mercadorias (insumos hospitalares e agropecuários, alimentos e combustíveis) ocorrem pela BR-364. Dela, depende ainda, o transporte de combustível para o abastecimento de veículos e geração de energia elétrica para os municípios do Juruá.

A BR-364/AC, em sua maior parte, é uma rodovia complexa, composta por um subleito predominantemente de material altamente expansivo e de baixa capacidade de suporte, com ausência de material granular nobre nas adjacências e afetada por longo período chuvoso (6 meses de chuva, 2 meses de transição e 4 meses secos).

O Orçamento Federal para 2023 dispõe de: R\$ 191,5 milhões para a manutenção dos 1.177 km de rodovias federais no Estado do Acre (BR-364 e BR-317), sendo R\$ 115 milhões da LOA2023, acrescidos de R\$ 17,5 milhões da emenda de bancada 2023 e R\$ 59 milhões de Restos a Pagar (RAP). Desse valor, 15% é destinado à manutenção da BR-317.

Na atual situação das rodovias, a necessidade operacional para a manutenção das BR-364 e BR-317 é de 300 milhões/ano, assim serão necessários um aporte de mais 110 milhões ao orçamento, do corrente ano, para manter a carteira contratual firmada (Fonte: DNIT/AC).

Segundo o DNIT, a engenharia rodoviária possui solução para os problemas da BR-364, contudo, as técnicas adequadas para reconstruir/restaurar trecho da rodovia, corrigindo seus problemas estruturais e de drenagem possuem custo estimado de R\$ 4 milhões por km.





Atualmente, as empresas que têm lotes contratados para manutenção da BR-364 podem executar 5 km de reconstrução por contrato, totalizando 30 km/ano, com um custo acrescido de R\$ 120 milhões.

O projeto para reconstrução da BR-364 está previsto para conclusão em 2023. A partir de então, as licitações dos lotes para execução poderão ser realizadas, com um plano de reconstrução de R\$ 250 milhões/ano, recurso que precisa estar previsto no Orçamento Federal para 2024 (Fonte: DNIT/AC).

Outro ponto importante é a priorização da análise pelo DNIT dos projetos em elaboração pela empresa contratada, pois, para iniciar a licitação das obras de reconstrução, é necessária a prévia aprovação pelo DNIT.

O Ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou em 30 de maio, duas ordens de serviço para obras de conservação de dois lotes da BR-364, no Acre, o que vai permitir a retomada da manutenção de 116 quilômetros da rodovia. A previsão é que R\$ 174,9 milhões sejam investidos, por meio do DNIT.

As obras acontecerão entre os rios Gregório e Liberdade (do quilômetro 620,9 ao quilômetro 682,9), no lote 7, e entre os rios Branco e Andirá (do quilômetro 125 até o quilômetro 179), no lote 2.

A Justiça Federal julgou parcialmente procedente os pedidos feitos pelo Ministério Público Federal (MPF) em ação civil pública e condenou a União e o DNIT a apresentarem, em 30 dias, cronograma detalhado das etapas necessárias para recuperação e manutenção de trechos da BR-364, no Estado do Acre.

A sentença determinou a execução de obras para a recuperação definitiva dos trechos da rodovia compreendidos entre os Municípios de Sena Madureira e Tarauacá – que abrange o segmento entre os municípios de Manoel Urbano e Feijó –, no prazo de quatro anos. Deu prazo de um ano à União e ao DNIT para a realização de reparo definitivo da ponte que faz a transposição do Rio Tarauacá. O mesmo prazo de um ano foi dado para a reativação do funcionamento das balanças de pesagem de veículos na BR-364, no posto fiscal



da Tucandeira, uma no sentido Acre-Rondônia e a outra no sentido Rondônia-Acre, além da balança de Sena Madureira e da balança do Rio Liberdade, em Feijó.

A União e o DNIT devem iniciar o cumprimento das obrigações de forma imediata, considerando os riscos de interrupção da rodovia, e devem apresentar relatório bimestral, após manifestação do MPF sobre o cronograma apresentado.

Na ação civil pública apresentada à Justiça Federal, o procurador da República Lucas Costa Almeida Dias chamou a atenção para o elevado número de acidentes causados por essas condições, além da classificação como 'regular', 'ruim' ou 'péssima' das rodovias acreanas pelo Anuário de Transporte 2021, elaborado pela Confederação Nacional do Transporte.

A própria idealização de projeto da malha rodoviária da BR-364 levou em conta não apenas o aspecto de integração social e desenvolvimento regional, mas também questões de segurança militar, diante da gigantesca área de fronteira que encobre o Estado (Peru e Bolívia), onde reiteradamente são registrados ilícitos transnacionais.

O colapso da rodovia, portanto, causaria danos monumentais e imediatos tanto ao leste do estado, onde se situa a capital (escoamento da cadeia produtiva), quanto ao oeste (abastecimento), nos Municípios localizados no Vale do Juruá, regiões do Envira e Purus.

Será enviado, a posteriori, relatório técnico que está sendo elaborado pela equipe de engenharia da AMAC sobre as condições técnicas da estrada.





- **14/8/2023** - Visita técnica, para averiguar, *in loco*, a situação e andamento da obra pública de construção e manutenção da BR-285/SC, realizada no Auditório da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul e no Trecho Rodoviário – Timbé do Sul - Divisa SC/RS na BR -285/SC;

No dia 14/8/2023, em decorrência de requerimento apresentado pela Sra. Deputada Geovania de Sá à CEXOBRAS, foi realizada uma visita técnica ao trecho catarinense da rodovia BR-285, que compreende a Serra da Rocinha, para verificar *in loco* a situação da Rodovia. Durante o ato, a equipe técnica do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) prestou esclarecimentos sobre o andamento das obras e apontou nova previsão de término dos trabalhos. Conforme o superintendente do DNIT/SC, Alysso



Rodrigo de Andrade, fatores climáticos favoreceram a queda de barreiras, prejudicando o andamento de diversas obras no estado. “Faltam R\$ 5 milhões para terminar a obra. Hoje, a BR-285 não vai ser mais uma promessa, mas uma realidade”, esclareceu o Superintendente ao assegurar que o novo prazo para a conclusão da obra é 30 de março de 2024.

A Deputada Geovania de Sá enfatizou a importância da obra para o desenvolvimento do Estado e fez uma observação, para que a data da inauguração já fosse definida no encontro. A parlamentar destacou que irá levar a sugestão ao ministro dos Transportes, Sr. José Renan Calheiros Filho. A visita foi solicitada pela parlamentar devido aos atrasos para a entrega da obra. Iniciada em 2016, o prazo final já teve diversas alterações. A primeira data de conclusão estava prevista para 2020. Desde então, outros prazos foram estipulados, mas a obra ainda não foi concluída. No ano de 2023 havia sido o último prazo apontado pelo Ministério dos Transportes, em reunião com o Fórum Parlamentar Catarinense, em março deste ano. De acordo com o detalhamento do DNIT, do total de 22 km de extensão a serem construídos, 100% dos 9 km de pavimentação flexível já foram concluídos. O desafio consiste nos 13 km de pavimento rígido que atualmente se encontra com 92% de execução, restando apenas 1 km a ser finalizado. A demora decorre das complexidades dos seis pontos em andamento.

O Superintendente do DNIT esclareceu que o desafio está nas obras de arte especiais e nas contenções que ainda precisam ser vencidas para ganhar plataforma e fechar os 13 km. O pacote de obras de arte especiais inclui a construção de duas pontes, quatro viadutos, o Posto de Polícia Rodoviária Federal (PRF) e as contenções de encostas. O esclarecimento apresentado pelo DNIT ocorreu durante a reunião que antecedeu a visita, realizada na Câmara de Vereadores de Timbé do Sul.

O prefeito de Timbé do Sul, Sr. Roberto Biava, agradeceu a expressiva presença de autoridades no ato e salientou a importância da obra para o desenvolvimento da região Sul de Santa Catarina. Ele informou ainda que está na expectativa da conclusão desta obra, e que ela será um divisor de águas. “Estamos há 70 anos na espera, não só Timbé do Sul, mas os demais Municípios



do Sul, principalmente para o aspecto do desenvolvimento econômico e turístico do Estado”. Após o ato na Casa Legislativa, as autoridades presentes e a imprensa percorreram o trecho para vistoriar o andamento dos trabalhos. Integrando o grupo estiveram os Senhores deputados estaduais Tiago Zilli e José Milton Scheffer, o Secretário de Estado do Meio Ambiente e da Economia Verde, Sr. Ricardo Guidi, o coordenador regional de infraestrutura Sul da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Sr. Ademir José Honorato – representando o Governador do Estado, Sr. Jorginho Mello, o vice-presidente da Regional Sul da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina (Facisc), Sr. Pedro Kuzniecowa – representando o presidente da entidade, Sr. Sérgio Rodrigues Alves, e o secretário adjunto da Secretaria de Portos e Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina, Sr. Robison Coelho. O evento também contou com a expressiva presença de vereadores, prefeitos e entidades ligadas ao comércio, indústria e turismo da região Sul de Santa Catarina.

Seguem imagens da visita técnica:













- **21/8/2023** - Seminário estadual realizado na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS), sobre o tema "Obras paralisadas e inacabadas no Estado do Rio Grande do Sul".

O seminário se iniciou às 9h00 e contou com a abertura realizada pelas seguintes autoridades:

- LUIZ CARLOS BUSATO - Deputado Federal e Coordenador do Seminário
- DIRCEU FRANCISCON - Deputado Estadual e Coordenador do Seminário
- VILMAR ZANCHIN - Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

O evento contou com os seguintes convidados:

- GUILHERME YADOYA DE SOUZA, Auditor-chefe Adjunto da Unidade de Auditoria Especializada em



Transferências de Recursos da União do Tribunal de Contas da União - TCU;

- DIEGO COSME NACCI E MARCELO ARAÚJO, Auditores da Controladoria-Geral da União - CGU;
- PEDRO COUTINHO, Coordenador de Engenharia do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT no Rio Grande do Sul;
- ANDRÉ RICARDO DIAS LIMA MENDES, Coordenador de Monitoramento e Acompanhamento de Obras do Fundo do Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- WAMBERTO MACHADO DOS SANTOS FILHO, Engenheiro Técnico do Fundo do Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- RENATO SCALABRIN, Superintendente Regional de Rede da Caixa Econômica Federal - CEF;
- IURI JADOVSKI, Gerente de Filial de Governo da Caixa Econômica Federal - CEF;
- SIMONNE JEFFMANN, Gerente de Filial de Habitação da Caixa Econômica Federal - CEF;
- LUCIANO ORSI, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS.

Na sua exposição inicial, o Sr. Deputado Federal Luiz Carlos Busato fez um panorama sobre as obras paralisadas no Brasil, e relatou as dificuldades com relação às obras no âmbito do Rio Grande do Sul. Em seguida, ele abriu a palavra para que os prefeitos do Estado relatassem os problemas que enfrentam e levantassem perguntas e questões aos palestrantes, que poderiam acontecer durante as apresentações.



Posteriormente, o Sr. Luciano Orsi, presidente da FAMURS, apresentou uma lista de prioridades entre as obras paralisadas para que fossem retomadas, de modo a garantir o desenvolvimento do Estado. Foram levantados também uma lista de necessidades no âmbito operacional, de modo a facilitar a conclusão de obras evitando que elas paralise.

O Sr. Renato Scalabrin, Superintendente Regional de Rede da CEF, apresentou o funcionamento do banco no Rio Grande do Sul, indicando o organograma dessa estatal, e quais são as instâncias envolvidas da empresa no processo de repasse de recursos para obras federais.

Em seguida, o Sr. Iuri Jadovski, Gerente de Filial de Governo da CEF, falou sobre a situação das obras paralisadas que são administradas pelos contratos de repasse da CEF, explicando o cenário atual no âmbito da retomada das obras pelo Novo PAC. Ele também indicou que houve uma redução na quantidade, mas que houve um aumento no valor das obras paralisadas no Rio Grande do Sul, o que indica que as prefeituras possuem melhor ingerência para intervir em obras pequenas, o que não acontece no caso de obras de grande porte. Foram também boas práticas para se evitar a paralisação das obras (planejamento, qualidade dos projetos, qualidade dos orçamentos, processo licitatório claro, reuniões de partida de obra, e equipes técnicas capacitadas). Por fim, apresentou como se pode retomar uma obra paralisada, indicando quais os procedimentos que podem ser adotados pelas prefeituras, indicando uma cartilha com orientações.

O Sr. André Ricardo Dias Lima Mendes, Coordenador de Monitoramento e Acompanhamento de Obras do FNDE, apresentou sobre o Pacto Nacional pela Retomada de Obras na Educação Básica, com base na Medida Provisória (MPV) nº 1.174/2023, indicando como pode ser feita a solicitação de adesão ao pacto, com uma manifestação de interesse pelo sistema “Simec”, no módulo “Obras 2.0”. Informou-se que, caso não se demonstre interesse na repactuação, elas serão tramitadas de inacabadas para canceladas. Apresentou-se ainda que há alguns casos particulares, como obras em Tomadas de Contas Especial, e obras pactuadas com metodologia inovadora, com procedimentos específicos a serem seguidos. As solicitações



serão analisadas pelo FNDE, que poderá solicitar documentos específicos necessários, por meio de diligências, e que devem ser entregues em até 90 dias, classificando os casos de obras com mais de 50% executado, e obras com percentual menor de 50%. Após a aprovação de repactuação, deverá ser assinado um termo aditivo ao compromisso vigente ou um termo de repactuação, devendo recomeçar a obra em até 12 meses. Por fim, disse que o FNDE estava à disposição para maiores esclarecimentos.

Em seguida o Sr. Deputado Federal Pompeo de Mattos explicou sobre o papel da Comissão Externa sobre Obras Inacabadas no País, indicando a importância da MPV nº 1.174/2023, no caso das obras paralisadas no âmbito da área de educação, destacando que essa medida pode abrir vagas para 500.000 crianças, em todo o Brasil.

O Sr. Deputado Estadual Dirceu Franciscan argumentou que havia a possibilidade de critérios políticos na liberação de recursos por parte do Ministério da Educação e do FNDE. Ele afirmou que, no Rio Grande do Sul, somente 38 municípios tiveram recursos liberados para realização das obras, entre 2021 e 2022. Ele fez um apelo para que o Governo Federal liberasse os recursos financeiros que tivessem bloqueados para que as obras pudessem ser retomadas.

O Sr. Pedro Coutinho, Coordenador de Engenharia do DNIT no Rio Grande do Sul falou rapidamente sobre a importância sobre o planejamento adequado dos empreendimentos e dos projetos, especificando todas as necessidades das obras, e também sobre uma boa orçamentação da obra. Falou sobre as restrições orçamentárias do DNIT que fez com que promovesse atrasos nas obras. Falou-se sobre as dificuldades administrativas, como a necessidades de adequações fiscais das empresas contratadas, e de reequilíbrios contratuais com aumentos de custos. Também levantou a necessidade de melhoria da equipe de análise da própria DNIT, e salientou que é importante haver uma previsibilidade orçamentária dentro do Orçamento para a DNIT no âmbito do Rio Grande do Sul, para executar as obras.

Por fim, o Sr. Guilherme Yadoya de Souza, Auditor-chefe Adjunto da Unidade de Auditoria Especializada em Transferências de Recursos



da União do TCU, falou sobre a relevância e a complexidade da temática das obras inacabadas, por envolver as três esferas (União, Estados e Municípios), bem como a dispersão geográfica, e da variedade de tipos de obras. Apresentou ainda sobre o a Auditoria do FNDE nos municípios do Rio Grane do Sul, e sobre o Acórdão 1079/2019-Plenário, que indicava que 37% das obras em andamento estavam paralisadas, e que houve monitoramento desses acórdãos. Salientou sobre a ausência de um cadastro unificado sobre as obras em andamento, e que em 2022, foi identificado de 8.603 obras se encontram paralisadas (38,6%), no montante de R\$ 37 bilhões. Foi apresentado ainda o painel sobre as obras inacabadas no país, apresentando um panorama sobre as obras paralisadas no Rio Grande do Sul. Por fim, indicou que há no momento uma auditoria operacional em curso sobre obras inacabadas no país.

- **21/8/2023** - Seminário estadual realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Acre (ALEC), sobre o tema "Execução de obras públicas que receberam recursos federais no estado do Acre, com enfoque em infraestrutura de transportes e rodovias, as BR-364 e BR-317".

O Seminário se realizou com início às 10h, com a seguinte programação:

<b>ABERTURA</b>
SOCORRO NERI - Deputada Federal e Coordenadora do Seminário
<b>EXPOSIÇÃO DOS CONVIDADOS</b>
DEPUTADO LUIZ GONZAGA, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC;
ALYSSON BESTENE, Secretário de Estado de Governo – SEGOV;
RICARDO AUGUSTO MELLO DE ARAÚJO, Superintendente Regional no Acre do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT;



OSMAR NILO BEZERRA NETO, Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado do Acre – CGU/AC;
JOSÉ ADRIANO RIBEIRO DA SILVA, Presidente da Federação das Indústrias do Acre - FIEAC;
BETO MURAD, Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - Deracre;
EGÍDIO GARÓ, Representante da Federação do Comércio do Estado do Acre - FecomércioAC;
ALEXANDRE DE SOUZA TOSTES, Diretor de Capacitação e Monitoramento de Recursos da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN;
CARLOS BUDAL, Chefe do Núcleo de Assistência Técnica da Polícia Rodoviária Federal no Acre - PRF.
<b>ENCERRAMENTO</b>

Em relação à BR-364, o Seminário, além de apresentar a importância dessa rodovia para o Acre (de acordo com as informações constantes do relatório da visita técnica realizada em 30/6/2023), informou que o Ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou em 30/5/2023, duas ordens de serviço para obras de conservação de dois lotes da BR-364, no Acre, o que vai permitir a retomada da manutenção de 116 quilômetros da rodovia. A previsão é que R\$ 174,9 milhões sejam investidos, por meio do DNIT.

As obras acontecerão entre os rios Gregório e Liberdade (do quilômetro 620,9 ao quilômetro 682,9), no lote 7, e entre os rios Branco e Andirá (do quilômetro 125 até o quilômetro 179), no lote 2.

Informou-se ainda que, em 28/6/2023, o jornal “Folha do Acre” noticiou que a Justiça Federal julgou parcialmente procedente os pedidos feitos pelo Ministério Público Federal (MPF) em ação civil pública e condenou a União e o DNIT a apresentarem, em 30 dias, cronograma detalhado das etapas necessárias para recuperação e manutenção de trechos da BR-364, no Estado do Acre.



A sentença determinou a execução de obras para a recuperação definitiva dos trechos da rodovia compreendidos entre os Municípios de Sena Madureira e Tarauacá – que abrange o segmento entre os Municípios de Manoel Urbano e Feijó –, no prazo de quatro anos. Foi dado prazo de um ano à União e ao DNIT para a realização de reparo definitivo da ponte que faz a transposição do Rio Tarauacá. O mesmo prazo de um ano foi dado para a reativação do funcionamento das balanças de pesagem de veículos na BR- 364, no posto fiscal da Tucandeira, uma no sentido Acre-Rondônia e a outra no sentido Rondônia-Acre, além da balança de Sena Madureira e da balança do Rio Liberdade, em Feijó. Informou-se ainda que a União e o DNIT devem iniciar o cumprimento das obrigações de forma imediata, considerando os riscos de interrupção da rodovia. O MPF deverá se manifestar sobre o cronograma apresentado pelos réus, em 30 dias e devem apresentar relatório bimestral.

Na ação civil pública apresentada à Justiça Federal, o procurador da República Lucas Costa Almeida Dias chamou a atenção para o elevado número de acidentes causados por essas condições, além da classificação como ‘regular’, ‘ruim’ ou ‘péssima’ das rodovias acreanas pelo Anuário de Transporte 2021, elaborado pela Confederação Nacional do Transporte. A própria idealização de projeto da malha rodoviária da BR-364 levou em conta não apenas o aspecto de integração social e desenvolvimento regional, mas também questões de segurança militar, diante da gigantesca área de fronteira que encobre o estado (Peru e Bolívia), onde reiteradamente são registrados ilícitos transnacionais. O colapso da rodovia, portanto, causaria danos monumentais e imediatos tanto ao leste do estado, onde se situa a Capital (escoamento da cadeia produtiva), quanto ao oeste (abastecimento), nos Municípios localizados no Vale do Juruá, regiões do Envira e Purus.

Adicionalmente o Seminário apresentou as seguintes informações sobre a importância da BR-317.

#### IMPORTÂNCIA DA BR-317 PARA O ESTADO DO ACRE

A BR-317, a Estrada do Pacífico, se inicia em Lábrea (AM) e vai até a divisa do Acre com o Amazonas, passando pelos seguintes Municípios



acrianos: Rio Branco, Senador Guiomard, Capixaba, Xapuri, Eptaciolândia, Brasiléia, indo até a divisa do Brasil com a Bolívia e o Peru, tríplice fronteira, nas cidades de Assis Brasil (Brasil), Bolpebra (Bolívia) e Iñapari (Peru), chamada nestes países de Carretera Interoceânica; no Brasil, a estrada tem 407,9 km de extensão, sendo 319 km no Acre.



*A Estrada do Pacífico, parte peruana e trecho da BR-317 no Acre.*

A Estrada do Pacífico é uma das obras que fazem parte do “Eixo Peru-Bolívia-Brasil” da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional SulAmericana (IIRSA), que tem o objetivo de integrar os países do continente, permitindo a expansão do comércio destes países com a região da Ásia-Pacífico. Para a BR-317, em 2020, números oficiais demonstraram que, dos US\$ 246 milhões exportados ou importados pelo Acre entre 2009 e 2019, mais de 18% foram realizados pela Estrada do Pacífico (cerca de US\$ 44,6 milhões foi o valor das mercadorias transacionadas pela rodovia).







Durante as exposições, a Sra. Deputada Socorro Neri destacou que “nossas rodovias federais, BR-364 e BR-317, são muito mais do que meras vias de tráfego. Elas representam a conexão de nosso Estado ao restante do País, proporcionando oportunidades de desenvolvimento, integração econômica e social. No entanto, é com grande preocupação que observamos, a cada ano, o atraso e a paralisação das obras que impactam diretamente a manutenção e reconstrução dessas vias tão crucial em nosso dia-a-dia”.



*Deputada Socorro Neri, coordenadora do Seminário.*



Um novo acontecimento marcou a agenda de investimentos em infraestrutura em nosso País. No dia 11/8/2023, foi lançado o Novo Programa de Aceleração do Crescimento pelo Governo Federal, o Programa prevê que até 2026 sejam investidos R\$ 1,7 trilhão de reais em todos os estados do Brasil. Sendo, 371 bilhões de reais do Orçamento da União, e os demais recursos de empresas estatais e de financiamentos; sendo quase a metade de investimentos do setor privado.

No Acre, o programa pretende investir R\$ 26,6 bilhões em obras para melhorar a vida da população acreana. No Programa estão obras importantes para o Acre, a ponte sobre o rio Juruá, a construção do Hospital Universitário, a nova maternidade de Rio Branco, moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida e a restauração da BR-364, objeto de nosso Seminário.

No eixo TRANSPORTE EFICIENTE E SUSTENTÁVEL que reúne os investimentos em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, o investimento no Acre é de R\$ 1,7 bilhão, dentre as obras, a Sra. Deputada Socorro Neri destacou aquelas que se relacionam com o tema:

- A construção de ponte sobre o rio Juruá, com acesso a Rodrigues Alves – BR-364;
- Construção do contorno de Brasiléia – BR-317;
- Construção do prolongamento da ponte sobre o rio Tarauacá – BR-364;
- Restauração de 02 lotes da BR-364.

De acordo com a Deputada, “uma parte dos recursos já está garantida, e é necessário assegurar que essas obras sejam executadas de maneira transparente, eficiente e conforme os melhores padrões técnicos. É fundamental evitar desperdícios de recursos públicos. A fiscalização e o monitoramento rigoroso, desde a fase de licitação à conclusão das obras, cumprem um papel essencial nesse processo. Por isso estamos aqui debatendo as obras de reconstrução e manutenção das BRs 364 e 317, nossos esforços estão firmemente centrados em encontrar soluções concretas para este desafio:



pois durante alguns meses do ano a situação das estradas fica em situação precária, ou mesmo interrompida. Somente com a colaboração conjunta de todas as entidades e órgãos envolvidos, podemos superar as barreiras que têm prejudicado o progresso dessas obras tão importante”.

Os recursos federais alocados para esses projetos têm um propósito claro: assegurar que as BRs 364 e 317 estejam em condições operacionais ideais, garantindo a segurança, a eficiência do transporte e o bem-estar dos usuários.

Além da dimensão econômica, não podemos deixar de destacar a importância intrínseca dessas rodovias para a integração interestadual e nacional. Elas são elo fundamental para o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas, promovendo a interligação entre as várias regiões e enriquecendo a troca de conhecimento e cultura. A sociedade acreana merece a plena realização dessas obras de infraestrutura, que não só impactarão positivamente na mobilidade, mas também trarão melhorias substanciais à qualidade de vida de todos os habitantes do Estado.

Portanto, ao longo do Seminário, buscou-se ouvir especialistas, debater ideias e apresentar propostas concretas para encontrar soluções eficazes, de modo que os encaminhamentos nele estabelecidos se traduzissem em ações concretas que ampararão o desenvolvimento desse Estado.

O representante do DNIT, Sr. Ricardo Araújo, informou que o órgão passou os últimos três anos sem recursos para investir na manutenção das estradas do Acre e ressaltou que sem manutenção, as estradas rapidamente ficam em situação precária pois, no Acre, as estradas precisam de manutenção anual, devido aos aspectos peculiares do solo no Estado.





*Ricardo Araújo, Superintendente Regional do DNIT no estado do Acre.*

Ricardo Araújo também listou alguns aspectos técnicos da manutenção que está se realizando em dois lotes da BR-364, pois algumas soluções tecnológicas para o estado do Acre precisam ser diferenciadas em relação a outras regiões do Brasil. Informou que são mais de 20 frentes de trabalho que estão atuando na manutenção da BR-364.

O representante da CGU, Sr. Osmar Nilo, que atua na fiscalização e controle interno de órgãos federais, reforçou que a missão da instituição é zelar pelo patrimônio público por meio de ações de prevenção à corrupção. Elogiou o trabalho realizado pelo DNIT, mas ressaltou que a instituição também sofre por falta de recursos. Ressaltou que, na atualidade, com a liberação de recursos, a situação das estradas deve melhorar sobremaneira. Explicou como se dá o trabalho de inteligência de monitoramento do acompanhamento de licitações no Estado e como a CGU trabalha para melhorar a eficiência e otimização de recursos.





*Osmar Nilo, Superintendente da Controladoria Regional da União no Estado do Acre.*

A CGU considera que o trabalho que realiza contribui para que a qualidade dos gastos dos recursos da União e se coloca como parceira das instituições executoras para a eficiência dos usos desses recursos.

O presidente da FIEAC, Sr. José Adriano, ressaltou a importância de debates sobre o tema de reconstrução e manutenção das estradas, e reforçou que as soluções tecnológicas estão disponíveis e agora com a disponibilização dos recursos, as soluções precisam ser definitivas, com qualidade. Reforçou que o trabalho que as empresas executam é feito a partir dos projetos aprovados pelo DNIT e que os solos do Acre precisam de tecnologia diferenciada, levando essa característica técnica em conta. Um aspecto que precisa ser levado em conta são os insumos que não são produzidos na região (cimento, aço e pedra) que alteram sobremaneira o valor total das obras.





*José Adriano, Presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC).*

O presidente mencionou que outra intervenção de grande importância para o Estado, que está paralisada, são as obras do anel viário e ponte em Brasília, que merecem a atenção de todos os órgãos que estão reunidos no Seminário, obras essas que geravam mais de 400 empregos.

Sr. Adriano comentou alguns detalhes sobre a execução de obras no Estado, mencionou os valores das tabelas oficiais utilizadas para orçar e contratar obras e destacou que os insumos e mão-de-obra no Estado têm que atender às especificidades locais, tanto de insumos de maior valor como a escassez de mão-de-obra especializada e se coloca à disposição para ajudar no que for preciso em termo de informações.

Mencionou ainda que entre os recursos públicos federais disponibilizados para o Estado, na área da construção civil nas esferas estadual e municipal, há quase um bilhão de reais disponível. Finalizou afirmando que atualmente considera a capacidade de execução o maior problema a ser enfrentado.

Na sequência, a palavra foi facultada ao Sr. Egídio Garó, representante da Federação do Comércio do Estado do Acre (FecomércioAC) que fez sua intervenção colocando todo o setor produtivo do Acre à disposição para contribuir com as questões sociais e econômicas das discussões que estão



se dando em torno do tema, devido à importância das estradas para o setor de comércio. Ressaltou que o turismo é um setor muito relevante e que seria alavancado com a melhoria dessas BRs.



*Egídio Garó, representante da Federação do Comércio do Estado do Acre (FecomércioAC).*

O representante da Secretaria de Planejamento, Sr. Alexandre Tostes falou sobre os aspectos ligados a orçamento, ressaltando a importância de que o fluxo de repasse dos recursos destas obras devem ser contínuos, sem interrupções. Informou detalhes sobre a situação da obra da ponte de Brasília que está paralisada e que a obra já está com mais de 85% executada.



*Alexandre Tostes, Diretor de Capacitação e Monitoramento de Recursos da Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN).*



O próximo expositor, o Sr. Beto Murad representante do DERACRE, iniciou sua fala agradecendo ao presidente Lula, o repasse dos recursos para o Governo do Estado para a melhoria da infraestrutura de estradas do Estado. Informou que tem se empenhado em articular junto ao Governo Federal para que a obra da ponte de Brasília seja retomada. Está trabalhando em parceria com a CGU, Ministério dos Transportes e DNIT para resolver a situação, aponta que as instituições trabalhando juntas alcançam melhores resultados.



*Beto Murad, Superintendente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre (Deracre).*

O próximo expositor o Sr. Carlos Budal, representando da Polícia Rodoviária Federal do Acre (PRF/AC) apresentou o plano de melhoria para a PRF no Estado do Acre que será implementado: construção de unidades operacionais da PRF em Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Feijó; aquisição de veículos e equipamentos para abordagens; e contratação de mais policiais, pelo menos 28. Informou que os recursos para a implementação do plano apresentado consomem um valor de 4,6 milhões de reais advindos do Plano Amazônia Mais Segura (AMAS).







*Carlos Budal, representante da Polícia Rodoviária Federal do Acre.*

Informou, ainda, que está sendo firmado acordo de cooperação técnica junto ao DNIT para fiscalização de peso de veículos para auxiliar na manutenção da qualidade das rodovias.

A Deputada Socorro Neri facultou a palavra para a plenária, ocasião em que foram feitas as seguintes sugestões:

- Realização de fiscalização noturna nas estradas, principalmente relacionadas ao peso;
- Promoção de melhorias da estrada na entrada da cidade do Bujari até o aeroporto;
- Intensificação da fiscalização da qualidade das obras que estão sendo realizadas;
- Sinalização dos trechos das obras com placas informativas, inclusive com os valores das obras;
- Elaboração de projetos de qualidade e execução em conformidade com os projetos;
- Precificação regional precisa ser levada em conta para obras realizadas no Estado, principalmente em relação aos insumos pedra e asfalto/petróleo;



- Considerar trechos pequenos para que empresas locais possam concorrer nas licitações.

Na sequência, a palavra foi facultada aos expositores para que fizessem suas considerações finais e respondessem aos questionamentos da plenária.

Em ato contínuo, o representante do Governo do Estado, o Secretário de Governo, Alysson Bestene, ressaltou a importância das BR-364 e BR-317 para o Estado, o que reflete a relevância do Seminário. Ressaltou que os órgãos de controle e fiscalização, do executivo, legislativo federal e estadual, empresários, presentes e discutindo de forma conjunta para encontrar soluções para a recuperação das rodovias é algo que o Governo do Estado aplaude e deseja.



*Alysson Bestene, Secretário de Estado de Governo.*

Ele ainda observou que em pouco tempo de iniciadas as obras de recuperação das estradas, já há um aumento na qualidade da trafegabilidade e diminuição do tempo de deslocamento e que, como representante do Governador, reforça que a obra é prioritária para o Governo, além das obras da ponte e anel viário de Brasília.

O Secretário destacou a importância das parcerias com os órgãos federais e elogiou os recursos que foram disponibilizados para o Estado



por meio do Novo PAC, e finalizou a fala parabenizando a iniciativa da Deputada Socorro Neri e à ALEAC pela parceria e apoio na realização do Seminário.



*Deputado Luiz Gonzaga, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre.*

Nas falas finais, o Presidente da ALEAC reforçou a importância das duas rodovias para o Estado, para o comércio e colocou a Casa à disposição, sempre que for para debater assuntos de importância para o desenvolvimento estadual. A BR-317, como um corredor que liga o Estado do Acre aos portos do Pacífico e a BR-364, por tudo que já foi dito, que afeta todos, os acreanos e o setor produtivo do Estado.

- **28/8/2023** – Seminário Estadual realizado na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), sobre o tema “apresentação e debate do sistema TransfereGov.br e regulamentação da MP 1.174/2023 pelo FNDE”.

O seminário se iniciou às 14h00 e contou com a abertura realizada pelas seguintes autoridades:

- FLÁVIA MORAIS - Deputada Federal e Coordenadora do Seminário;



- DR. GEORGE MORAIS - Deputado Estadual e Coordenador do Seminário.

O evento contou com os seguintes convidados:

- HUGO CARVALHO MARQUES, Assessor Técnico da Diretoria de Transferências e Parcerias da União, da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MGI;
- OLÍMPIO DURÃES SOARES, Coordenador-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais - FNDE;
- BRUNO CESAR CARVALHO MACEDO, Representante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;
- VANESSA GOULART BARBOSA, Promotora de Justiça e Coordenadora da área da Educação do Centro de Apoio Operacional do Ministério Público de Goiás - MPMGO;
- MARCIANO DE FREITAS MATOS, Superintendente de Rede Representante da Caixa Econômica Federal - CEF.
- GUSTAVO DE MORAIS VEIGA JARDIM, Superintendente de Infraestrutura da Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

A Sra. Deputada Federal Flávia Moraes abriu os trabalhos falando sobre a importância da MPV 1.174/2023, que buscava destinar cerca de quatro bilhões de reais para a reprogramação dessas obras, permitindo aos municípios ajustarem valores e projetos para a conclusão. O objetivo era resolver uma situação que se tornara uma "tragédia nacional", com obras paralisadas por diversos motivos, algumas há muitos anos, gerando desperdício de recursos públicos e problemas sociais, como espaços abandonados propensos ao uso de drogas.



O evento contou com a presença de representantes do FNDE, Ministério de Gestão e Inovação, Ministério Público de Goiás, Caixa Econômica Federal e outros órgãos, buscando esclarecer dúvidas sobre a adesão dos municípios à reprogramação das obras e apresentar o sistema "transfere.gov" para monitoramento contínuo. Destacou-se a necessidade de uniformizar informações para melhor acompanhamento e divulgação das obras.

O Deputado Estadual Dr. George Moraes enfatizou a relevância da proximidade de Brasília para incluir rapidamente os municípios goianos e elogiou a postura dos gestores atuais em concluir as obras de maneira correta, evitando desperdício de recursos públicos.

O evento contou com a presença de diversos representantes de municípios, incluindo vereadores, prefeitos e demais autoridades, demonstrando a amplitude do evento, como um momento de trabalho e aprendizado, visando soluções concretas para a conclusão dessas obras paralisadas. A MPV 1.174, além de atender às obras de educação, agora foi ampliada para contemplar também as obras de saúde, com a inclusão do Ministério da Saúde no escopo da medida.

A Dra. Vanessa Goulart Barbosa, promotora de justiça e coordenadora da área de educação do Ministério Público de Goiás, enfatizou o compromisso do Ministério Público em apoiar a retomada de obras da Educação Básica. Ela mencionou a criação de um grupo de trabalho interno e externo, envolvendo várias entidades, visando fortalecer iniciativas para concluir essas obras. Destacou a importância da união de esforços entre instituições, ressaltando a necessidade de mobilização dos municípios e o apoio técnico, especialmente para regiões com menor capacidade técnica. Vanessa também enfatizou a colaboração entre o Legislativo, o Ministério Público e o Executivo, expressando confiança na aprovação da MPV 1.174 e no apoio conjunto para a retomada dessas obras.

O Sr. Marciano de Freitas Matos, superintendente da Caixa Econômica Federal em Goiás, destacou o papel da empresa no acompanhamento de repasses federais para municípios. Ele mencionou um produto da Caixa, o CPP, oferecido como assessoria técnica para os municípios



executarem obras de forma mais ágil, desde planejamento até prestação de contas. Marciano ressaltou equipe da Caixa dedicada a prestar apoio aos estados e municípios visando colaborar com a comissão de obras paralisadas. Ele reforçou o compromisso da Caixa em ajudar os municípios a colocar as obras em andamento e concluí-las, destacando a disposição contínua da instituição para auxiliar nesse processo.

O Sr. Olímpio Durães Soares, Coordenador-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais do FNDE, abordou o Pacto Nacional de Retomada de Obras do FNDE, buscando atualizar e concluir mais de 30 mil projetos educacionais, destacando cerca de 3.600 obras inacabadas ou paralisadas. Explicou a diferença entre obras inacabadas e paralisadas, bem como o processo de pactuação e a importância da atualização dos recursos para concluir as obras. Discutiu a legislação, como MPV 1174 e Portaria Conjunta que a regulamenta, delineando os passos para os entes federativos manifestarem interesse na retomada das obras até 10/9/2023. Abordou os documentos necessários para diferentes estágios de execução das obras, enfatizando a comunicação via plataforma SIMEC para agilizar o processo. Destacou a priorização de obras em quilombos, indígenas e rurais, além dos prazos e procedimentos para licitação e execução das obras. Esclareceu que as obras paralisadas após 10 de setembro serão direcionadas para prestação de contas e enfatizou a importância do compromisso mútuo entre o FNDE e os entes federativos para concluir os projetos, promovendo assistência técnica e financeira para alcançar o objetivo final de entregar as obras concluídas à sociedade.

O Sr. Olímpio Durães Soares, Coordenador-Geral de Implementação e Monitoramento de Projetos Educacionais do FNDE, destacou a importância da documentação correta para a repactuação de obras. Ele detalhou os cuidados necessários ao solicitar atendimento, ressaltando a etapa de diligência de 90 dias para providenciar documentação adequada. Alertou sobre a necessidade de laudos precisos de engenharia, destacando a disponibilidade de modelos no site do FNDE para facilitar o processo. Apresentou questões específicas de análise, como reconstrução de obras



paralisadas e adequações às normas de acessibilidade e encerrou, abrindo espaço para perguntas e mencionando a presença da representante do Ministério de Gestão e Inovação para abordar questões de transferência de recursos.

O Sr. Hugo Carvalho Marques, Assessor Técnico da Diretoria de Transferências e Parcerias da União, da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos - MG iniciou seu discurso apresentando-se e discutindo sobre o "transfere.gov", um sistema de gestão de transferência de recursos da União para implementação de políticas públicas. Destacou a importância de acompanhar esses recursos para que as políticas fossem efetivamente executadas e percebidas pela população. Explicou o propósito do portal ([www.gov.br/transferegov](http://www.gov.br/transferegov)) como uma fonte central de informações sobre transferências da União, incentivando o uso desse recurso para acesso transparente e controle mais eficaz.

Ele abordou a razão por trás das transferências de recursos da União para estados, municípios e terceiro setor, enfatizando a necessidade de cooperação para implementar políticas públicas. Descreveu a evolução do sistema "transfere.gov", originalmente focado em cinco modalidades de transferências para uma expansão para 35 modalidades, permitindo uma abordagem mais ampla e eficiente na entrega de políticas públicas. Bruno também destacou a importância de acompanhar cada fase das transferências, desde os atos preparatórios até a execução e prestação de contas, mencionando a evolução do sistema para garantir a integridade dos dados e evitar problemas como recursos parados ou mal utilizados.

Ele apresentou o portal "transfere.gov" como uma ferramenta para acompanhamento das obras públicas, especialmente destacando o painel de obras até 2021 e sua transição para um novo sistema de registro, o obras.gov, a partir de 2021. Demonstrou como os usuários podiam visualizar informações detalhadas sobre obras em andamento, os ministérios envolvidos, os estados e municípios beneficiados, enfatizando a transparência e a facilidade de acesso às informações para melhor controle e compreensão do uso dos recursos públicos. No geral, Hugo buscou esclarecer a importância do controle e transparência na



gestão dos recursos públicos, destacando o papel do portal "Transfere.gov" como uma ferramenta fundamental para acompanhar e entender as políticas públicas implementadas através das transferências da União.

Adicionalmente, foi apresentado o site "obras.gov" de acompanhamento de investimentos em obras e empreendimentos. Ele enfatizou a importância de identificadores únicos para cada obra, utilizando o CPF, permitindo um acompanhamento detalhado dos investimentos. Destacou a diferença entre o painel de obras anterior (até 2021) e o "obras.gov" (de 2021 em diante), ressaltando a riqueza de informações do último, mostrou um exemplo com Goiás, detalhando instrumentos, valores pactuados, liberados, gastos e depositados, enfatizando a importância de transformar valores em políticas públicas.

Por fim, Hugo sugeriu o uso de mais dois módulos: o "gestor.gov" para propostas e notificações, o "cidadao.gov" para acompanhamento social de projetos, permitindo aos cidadãos tirar fotos e questionar a execução real das obras, visando maior transparência e participação pública. Ele discutiu a funcionalidade desses aplicativos, incluindo um voltado para acompanhamento de obras e serviços, outro para sugestão de novos projetos e um terceiro para fiscalização, oferecendo detalhes sobre seu uso, como tirar fotos georreferenciadas e a importância da internet para sua funcionalidade. Ele também destacou a disponibilidade de treinamentos mensais gratuitos para essas ferramentas, visando melhorar a gestão pública nos municípios. Além disso, apresentou um painel de indicadores que permitia aos gestores avaliarem o desempenho e a maturidade da gestão em diferentes projetos. No decorrer da apresentação, exemplificou situações específicas de municípios e discutiu questões como desbloqueio de recursos para obras, atualização de valores e percentuais em execução, enfatizando a importância de laudos técnicos para a liberação de verbas. Ele reforçou a disponibilidade para ajudar e ofereceu seus contatos para suporte em problemas operacionais ou dúvidas sobre essas ferramentas.

O Sr. Gustavo de Moraes Veiga Jardim, Superintendente de Infraestrutura da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, relatou sobre uma





reunião no Ministério Público referente a um grupo de trabalho envolvendo 120 obras da Secretaria de Educação do estado, das quais 41 são responsabilidade direta, sendo 25 delas repactuadas devido a diferentes estágios de conclusão. Esse grupo inclui representantes de diversas entidades e ficou acordado que a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Goiás apoiará os municípios com necessidades técnicas para elaboração de projetos, e que planejam uma reunião para definir um plano de ação até 10 de setembro, priorizando repactuações e auxílio aos municípios conforme a necessidade.

Quanto à continuidade das obras em andamento, o Sr. Olímpio Durães Soares, Coordenador-Geral do FNDE, enfatizou a importância de seguir com a execução, alimentando os sistemas de desembolso e realizando pagamentos com celeridade. Destacou que a análise da repactuação das obras pela MPV 1174 ocorrerá em paralelo e incentivou a finalização das obras sem necessariamente depender de verba extra dessa medida provisória. Em relação a obras inacabadas, sugeriu esperar a análise da repactuação promovida pela MPV para licitar e avaliar a necessidade de contrapartidas estaduais. Quanto a adaptações e modificações nas obras, recomendou seguir o laudo técnico para garantir qualidade, segurança e agilidade na conclusão, incluindo demolições ou reforços estruturais se indicados no laudo ou na planilha.

## 2.4. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Aprovados os respectivos requerimentos, a Comissão promoveu no período as seguintes audiências públicas. As apresentações dos palestrantes encontram-se disponíveis na página da Comissão<sup>3</sup>.

### 1 Audiência pública – 9/5/2023

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/57a-legislatura/comissao-externa-sobre-obras-publicas-paralisadas-e-inacabadas-no-pais>



**Tema:** Situação das construções das creches que se encontram paralisadas/inacabadas no município de Manaus/AM.

**Palestrantes:**

- KEYLA ARAÚJO BOAVENTURA, Auditora-Chefe da Unidade de Auditoria Especializada em Infraestrutura Urbana e Hídrica (AudUrbana) do Tribunal de Contas da União - TCU;
- SILVESTRE HENRIQUE FERREIRA CEREJO, Auditor Federal e Coordenador Geral de Auditoria de Obras da Controladoria Geral da União - CGU;
- ESTÊVÃO PERPÉTUO MARTINS, Coordenador-Geral de Infraestrutura Educacional Substituto da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (CGEST/DIGAP/FNDE).

## 2 Audiência pública – 30/5/2023

**Tema:** Apresentação do sistema "Obrasgov" e o mapeamento das obras inacabadas.

**Palestrantes:**

- TÂMARA CASTRO, Coordenadora-Geral da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos;
- RENATO ROCHA, Analista de Infraestrutura da Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos;
- ROBERTO GARIBE, Secretário Especial Adjunto da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil.

## 3 Audiência pública – 3/10/2023

**Tema:** Obras Inacabadas das BRs 470, 285 e 282 no Estado de Santa Catarina (SC)



**Palestrante:** ALYSSON RODRIGO DE ANDRADE, Superintendente Regional do DNIT no estado de Santa Catarina.

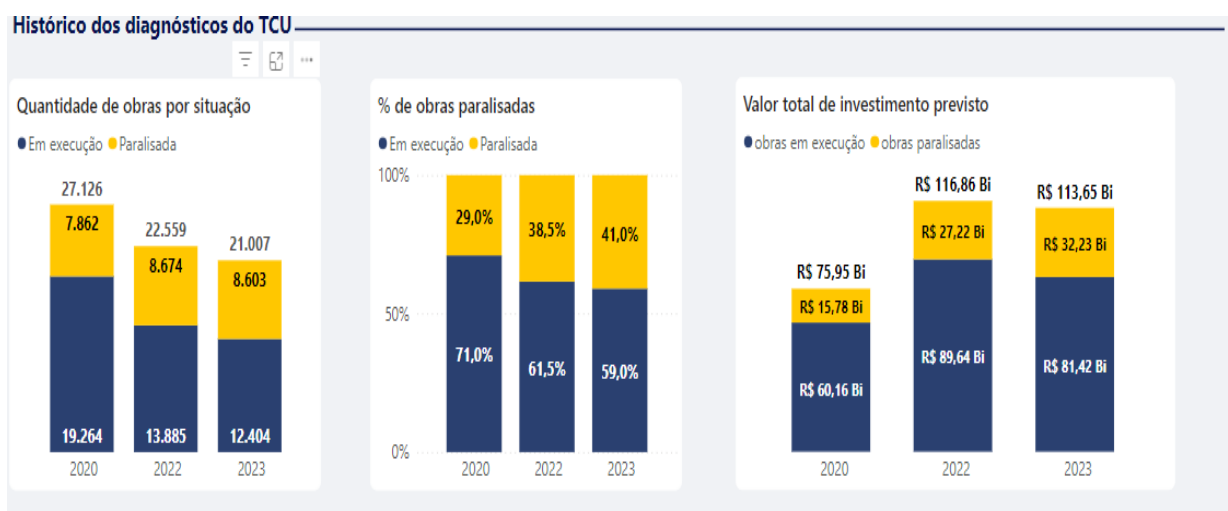
### 3. RESUMO SOBRE AS OBRAS PARALISADAS NO PAÍS

O acompanhamento das obras inacabadas e paralisadas no Brasil é realizado por meio de auditorias anuais do Tribunal de Contas da União (TCU), que é divulgado por meio do Painel de Obras Paralisadas do TCU<sup>4</sup>, que foi atualizado pela última vez em abril de 2023. De acordo com as informações mais atualizadas desse painel, a situação verificada foi a seguinte.

#### 1. Número de Obras Paradas e Investimento da União



#### 2. Histórico das obras paralisadas desde 2020

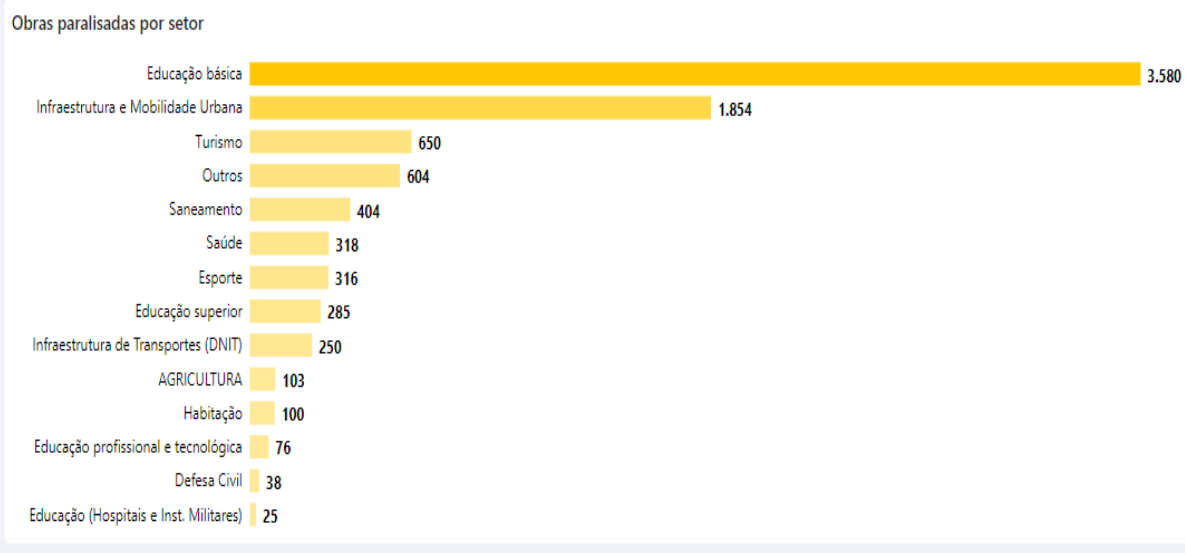


<sup>4</sup> Disponível em: <https://paineis.tcu.gov.br/pub/?workspaceId=8bfbd0cc-f2cd-4e1c-8cde-6abfdffea6a8&reportId=013930b6-b989-41c3-bf00-085dc65109de>



### 3. Características das obras paralisadas

#### Características das obras paralisadas



### 4. Obras paradas por Unidade Federativa

AC	94	MS	152	RS	347
AL	209	MT	178	SC	176
AM	304	PA	674	SE	185
AP	104	PB	406	SP	345
BA	840	PE	405	TO	291
CE	574	PI	337		
DF	21	PR	210		
ES	86	RJ	200		
GO	458	RN	336		
MA	879	RO	107		
MG	628	RR	57		

### 5. Importantes avanços legislativos em 2023

A Medida Provisória nº 1.174, de 2023, que instituiu o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia destinados à Educação Básica foi um importante marco para permitir, por meio de uma pactuação ampla e interfederativa, a constituição de um arcabouço normativo inovador para superar o desafio de conclusão das obras paralisadas e inacabadas na educação básica,



realizadas no âmbito do Plano de Ações Articuladas – PAR, instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, e alçado a status de lei por meio da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012. Após a aprovação na Comissão Mista, a MP 1.174, de 2023, deu origem ao PL 4.172, de 2023, de autoria do Executivo, que institui o Pacto de que trata a referida MPV, e estabelece a sua aplicação, no que couber, à retomada de obras e serviços de engenharia financiados por transferência fundo a fundo no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.

Atualmente, são registradas pelo Ministério da Saúde cerca de cinco mil obras inacabadas, a maior parte delas, unidades básicas de saúde, que viabilizariam importante ampliação e qualificação dos serviços de saúde prestados à população. O referido projeto de lei foi transformado na Lei n. 14.719, de 1º de novembro de 2023. Certamente um avanço normativo essencial para a retomada de obras paralisadas e inacabadas no Brasil. Esta lei permite que os entes federativos (Estados, Distrito Federal e Municípios) que tenham obras ou serviços de engenharia paralisados ou inacabados possam manifestar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) interesse em sua retomada. Isso é feito através da celebração de um novo termo de compromisso entre o FNDE e o ente federativo, onde são repactuados os valores e os prazos inicialmente firmados. Essa medida proporciona uma maior flexibilidade na gestão de recursos, permitindo que projetos que foram interrompidos por diversas razões possam ser retomados e concluídos. Isso não só otimiza o uso de recursos públicos, mas também garante que projetos importantes para a educação básica e profissionalizante e para a saúde possam ser concluídos, beneficiando diretamente a população. Portanto, a Lei 14.719/2023 traz uma inovação importante ao permitir o ressarcimento de verba aos entes federados, contribuindo para a eficiência na gestão de recursos públicos e para a melhoria dos serviços públicos no país.

A Comissão Externa de Obras Paralisadas e Inacabadas (CEXOBRAS) desempenhou um papel crucial na articulação do Projeto de Lei 4172/2023, que posteriormente se tornou a Lei 14.719/2023. A CEXOBRAS, através de suas atividades de supervisão e coordenação, ajudou a identificar a necessidade de uma legislação que permitisse a retomada de obras e serviços de engenharia



paralisados ou inacabados, especialmente aqueles destinados à educação básica e profissionalizante e à saúde. A Lei 14.719/2023, que institui o Pacto Nacional pela Retomada de Obras e de Serviços de Engenharia Destinados à Educação Básica e Profissionalizante e à Saúde, é um testemunho do trabalho efetivo da CEXOBRAS.

Sala da Comissão, em            de            de 2023.

FLÁVIA MORAIS  
Deputada

2023-20224

